

PT recua e pode revisar *Helena, Heloísa* afastamento de senadora

De Brasília

O comando do PT espera um sinal conciliador da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para aceitar a revisão de seu afastamento da bancada do partido. Apesar de o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) liderar uma ampla mobilização no plenário do Senado a favor de uma nova análise do caso, a direção petista não se sensibilizou e cobra um gesto claro de Heloísa mostrando sua sintonia com o partido e com o governo. "Ela precisa assumir o compromisso público de acatar as decisões do partido e da bancada", afirmou o presidente nacional do PT, José Genoíno (SP), repetindo a condição que apresentou a Suplicy para ajudar na solução política do problema.

No seu discurso, Suplicy pediu publicamente a Heloísa Helena que fizesse o gesto pedido pela direção petista. "Se achar que o governo ou alguém do partido não está agindo direito, evite bater no fígado", pediu Suplicy. Num tom mais moderado e emocionada pela mobilização liderada por Suplicy, a senadora disse que sequer poderia se manifestar contra ou a favor da reforma porque o texto final ainda estava sendo negociado na Câmara. Mas deixou claro que poderá voltar a criticar a proposta, caso não concorde com seu conteúdo. "Só não me peçam para ser cínica e dissimulada", avisou, ainda no plenário.

Na terça-feira, com a presença de 12 dos 14 senadores da banca-

da, o afastamento foi aprovado por oito votos contra quatro. Heloísa Helena decidiu apresentar recurso contra essa decisão à Comissão Executiva Nacional, mas não há qualquer garantia política que o afastamento possa ser revertido. A proposta defendida por Suplicy é que a bancada petista se reúna novamente na próxima semana para votar outra vez a decisão de afastamento. Mas o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), repetiu a condição para que isso aconteça. "Estamos sempre abertos ao diálogo e podemos conversar sobre o assunto na próxima reunião. Mas a decisão tomada pela bancada, com oito votos favoráveis contra quatro, está mantida. Com toda a serenidade. Ela somente será modificada se houver instrução do diretório nacional nesse sentido. E acho que isso acontecerá apenas se a senadora demonstrar sua afinidade com o pensamento do partido e do governo", disse.

Apesar disso, o senador Suplicy acredita que poderá haver reversão da situação. No dia anterior, logo depois da reunião, Suplicy ameaçou deixar também a bancada por considerar exagerada a punição para Heloísa Helena. Essa intenção foi comunicada por Suplicy para vários dirigentes petistas, como Genoíno, Tião Viana e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), Luiz Eduardo Greenhalgh (SP).

Ao tomar conhecimento do problema, até mesmo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fez

gestões políticas para saber se poderia ajudar na busca de uma solução consensual. O ministro conversou com Greenhalgh e depois telefonou para Suplicy. Conseguiu ajudar a convencer o senador paulista a não se afastar da bancada, explicando que o gesto poderia abrir uma enorme crise política dentro do partido.

Heloísa Helena não aceitou a decisão sobre seu afastamento da bancada por considerar que essa punição foi determinada a partir de críticas públicas feitas por ela há três meses. Ela avalia que seu comportamento já está sendo apreciado pelo conselho de ética do PT, com a discussão do caso tendo sido feita, inclusive, dois dias antes de a bancada se reunir para puni-la.

Ontem, entretanto, senadores que votaram a favor de sua punição na reunião de terça-feira, justificaram publicamente seu voto, como foi o caso dos senadores Ideli Salvatti (SC) e Sibá Machado (AC). Tião Viana também lembrou que alguns senadores do partido "não aguentam mais" discutir o caso da senadora Heloísa Helena.

Internamente, o PT não abrirá mão da posição de exigir um alinhamento público do grupo de parlamentares rebeldes para evitar sua expulsão do partido. Além de Heloísa Helena, também poderão ser expulsos do partido os deputados João Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), que tem feito fortes críticas públicas às reformas. (Mdm)